

O País vem encontrando dificuldades para chegar a um entendimento que estabilize o processo econômico e permita relançar o crescimento econômico, com programas efetivos e consistentes de melhoria das condições sociais. O *Caderno de Sábado* patrocinou na semana passada o debate sobre o pensamento das elites a respeito do lado político do problema.



O JULGAMENTO DO BRASIL

JORNAL DA TARDE

04 AGO 1990



A década de 80, uma década perdida? O que pensam as elites brasileiras sobre a reforma do Estado? O que é elite?

O conceito de elite é empregado aqui no sentido que lhe dão as Ciências Sociais. É formada por pessoas que exercem ou podem vir a exercer influência considerável nas decisões governamentais e nos destinos da sociedade. Nesse sentido, participam das elites não só os grandes mas também os médios e pequenos empresários reconhecidos por seu papel de liderança.

Entram nessa configuração também os líderes sindicais, políticos, administradores públicos, oficiais superiores das Forças Armadas, intelectuais, profissionais liberais, jornalistas e líderes de associações.

A radiografia do pensamento das nossas elites, realizada pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo - Idesp, captou certo desencanto na avaliação do caminho percorrido pelo País na década passada. As elites reconhecem que os anos 80 trouxeram a transição democrática e a Constituição de 1988, mas não disfarçam um sentimento de pessimismo a respeito do futuro do Brasil e prevêem enormes dificuldades, se as desigualdades sociais e regionais não forem submetidas a um tratamento eficaz, até o final da próxima década. Esse pessimismo advém da insegurança em torno da possibilidade de cumprir metas básicas no plano social. Durante seis, horas, na semana passada, um seminário realizado no auditório de O Estado de S. Paulo e promovido pelo Caderno de Sábado do Jornal da Tarde debateu o relatório da pesquisa do Idesp sobre as elites brasileiras e a modernização do setor público.

Os resultados da pesquisa, apresentados na ocasião pelo professor Bolívar Lamounier como subsi-

dio às discussões, englobam quatro grandes temas: Primeiro, um grande balanço do que tem sido o desenvolvimento brasileiro, desde 1930. Pediu-se às elites uma avaliação do papel do governo federal como promotor do desenvolvimento político e social; em seguida uma avaliação de quais seriam as chances de melhorarmos a nossa situação até o ano 2000, em termos econômicos, de distribuição da renda, de melhoria das condições sociais, melhoria das condições educacionais.

O segundo tema foi a conjuntura econômica a curto prazo, o processo inflacionário, a tentativa de reestruturação da economia, a reforma do Estado, o programa de privatização, enfim, toda essa tentativa de reordenamento da economia que o governo está fazendo.

Um terceiro tema da pesquisa, debatido à tarde, foi a avaliação da Constituição de 1988, do ponto de vista de sua efetividade, de ser ou não favorável à reestruturação do País, à modernização e à melhoria das condições sociais.

Transcrevemos hoje as intervenções do painel realizado pela manhã, tendo como moderador o economista Alkimir Moura, ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central, com participação do ex-ministro Mailson da Nóbrega, do senador Fernando Henrique Cardoso e do economista Paulo Singer, secretário de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Planejaram a pesquisa junto às elites os professores Bolívar Lamounier, doutor em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, autor de *Partidos e Utopias: o Brasil no Limiar dos Anos 90* (São Paulo: Editora Loyola, 1989), e Amaury de Souza, doutor em Ciência Política pelo Massachusetts Institute of Technology e autor, em colaboração com Peter McDonough, de um estudo sobre as elites (*A Política de População no Brasil*, Rio: Paz e Terra, 1984).

MAILSON - O Estado, que foi o grande motor das transformações econômicas e sociais do Brasil, especialmente nos últimos 50 anos, começa a dar nítidos sinais de esgotamento. O Estado brasileiro está virtualmente falido, e começa a exercer um papel exatamente oposto àquele que exerceu até a década de 70. É ineficiente, é um estorvo ao progresso, é um gerador de um grande potencial de corrupção e é dominado pelo corporativismo da burocracia, da administração direta e das estatais.

Esse panorama terrível do Estado brasileiro foi agravado na década de 80, com o agigantamento da dívida interna e com os efeitos nocivos, do ponto de vista do setor público e da transferência de recursos reais ao Exterior, provocados pela dívida externa. Por conta disso nós apresentamos um quadro de estagnação que é o pior da história recente do País e é a base para a formação de um grande pessimismo entre as elites, que começa a se espalhar por parcelas crescentes da sociedade brasileira. É por conta disso também que se fala em década perdida, a de 80. E alguns já dizem que estamos começando a perder a década de 90.

Além disso, há quem diga que o Brasil está se afastando definitivamente das oportunidades que se abrem na ordem internacional, com uma economia mais competitiva. O Leste europeu não está fugindo desta tendência à competição, à eficiência, à modernização do Estado. E, por isso, muitos já começam a dizer que o Brasil estaria perdendo o bonde da história. Eu me permito discordar dessa visão pessimista. É que nós, ao longo dos últimos 20 ou 30 anos, elegemos o econômico como base para o avanço da sociedade. A ideia de que o desenvolvimento é realmente uma precondição para o avanço social e político levou-nos a centrar nossas vidas na economia. Não é sem razão que, da década de 60 para cá, os economistas assumiram posição preeminente no debate público.

Como demos todo esse destaque ao econômico, avaliamos a década de 80 exatamente pelo lado econômico. E como foi uma década de estagnação (o Brasil apresentou nesse período a mais baixa taxa média de crescimento de sua história recente), tendemos a pensar que foi uma década perdida. A dívida externa é grande, a dívida interna é de difícil financiamento, caiu a eficiência do Estado — e por isso é uma década perdida. Eu acho que devemos avaliar a década de 80 por outro ângulo também e, nesse sen-

entendimento cada vez mais amplo de que a solução passa necessariamente pela área política.

Percebe-se de maneira cada vez mais clara que uma categoria apenas é incapaz de explicar a natureza da crise. Por exemplo, os economistas sozinhos não são capazes de explicá-la. Não bastam os indicadores macroeconômicos, as tendências da política monetária, as possibilidades da área fiscal, a possibilidade de abertura para o Exterior. É preciso entender que somos uma sociedade pluralista, em que os diversos interesses se manifestam através de um sistema livre, por uma imprensa livre, pelo debate livre.

Assim, explicar a crise brasileira requer muito mais do que a mera análise dos indicadores macroeconômicos.

É claro que é importante ouvir o economista. Ele pode alertar a sociedade brasileira sobre o risco de determinadas políticas e o efeito delas no curto, médio e longo prazo. Mas para entender e superar a crise é necessária a participação de todas as especialidades que compõem a sociedade brasileira. Há uma percepção crescente de que, mais do que combater a crise de curto prazo, precisamos definir um projeto para o Brasil, definir o que nós queremos ser como sociedade, e então viabilizar o apoio político necessário à promoção das reformas estruturais que o Brasil demanda, e que vão contrariar poderosos interesses. Interesses localizados na burocracia, em alguns segmentos da classe trabalhadora, em diversos segmentos do empresariado. Nesse contexto, gostaria de concluir com algumas considerações sobre a Constituição de 1988. Vejo com satisfação que a pesquisa do Bolívar e do Amaury reflete aquilo que penso sobre a Constituição Brasileira de 1988. Penso que a Constituição é um belo projeto político. No campo dos direitos e garantias do cidadão, dos poderes do Congresso, no restabelecimento dos poderes do Parlamento brasileiro para fazer leis sobre qualquer assunto de interesse do País, no reforço do papel do Judiciário. O avanço social é indiscutível, apesar de alguns exageros que não correspondem às possibilidades do País. A Constituição Brasileira deve ser uma das primeiras, se não a primeira, a incorporar um capítulo sobre o meio ambiente, que é uma questão dominante nos países industrializados e nos países em desenvolvimento, é um grande tema do mundo atual.

Mas é uma Constituição que gera grandes problemas no campo econômico. Diria mesmo que a Constituição Brasileira é um desastre fiscal. É o maior desastre fiscal da história do País. Você pode ter um ano ou outro de problemas fiscais muito sérios, mas a Constituição criou um desastre permanente. Ela transferiu aos Estados e municípios (uma ideia de descentralização, que em tese pode ser correta) uma parcela expressiva da receita da União, da ordem de 25% do total, e ao mesmo tempo ampliou as despesas da União. Lembra o professor Luciano Martins: a Constituição é como uma catedral baiana: cada um foi lá e colocou o seu ex-voto, mas aquilo tudo, no conjunto, não faz o menor sentido. Na feitura da Constituição, prevaleceu uma tendência ao assembleísmo. Ela não foi precedida por um projeto elaborado por líderes do Congresso Nacional, foi feita em comissões, cada comissão pensava de um modo. A comissão que fez a reforma tributária pensou na descentralização, com o aumento da partilha de recur-

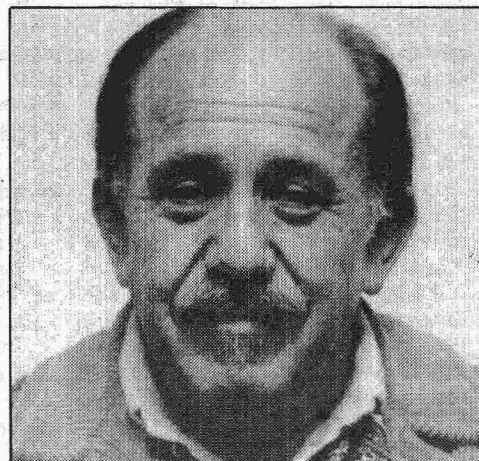
sos. Mas as outras comissões pensaram em aumentar as vantagens da burocracia, em aumentar o papel do Estado, em aumentar a obrigatoriedade de aplicações do governo federal (em educação, por exemplo, passa de 13 para 18% do orçamento). E aí nós criamos, ou agravamos, a rigidez que já caracterizava o orçamento público no Brasil, especialmente da União. Criamos um déficit realmente estrutural, de difícil controle, de difícil combate. Na ordem econômica, a Constituição é atrasadíssima.

Para se ter uma ideia, a ordem econômica, segundo a Constituição, é baseada em nove princípios. O emprego é o penúltimo princípio, e o primeiro é o da soberania. É como se os constituintes estivessem citando aquele refrão popular: "eu morro pobre, mas não perco a pose". É uma clara opção, no campo econômico, pelo atraso. Uma clara opção pela pobreza. A Constituição não levou em conta as transformações que estavam ocorrendo em todo o mundo, que já eram do conhecimento de todos, como a integração da Europa em 92, e a própria formação de blocos, que é uma tendência da economia mundial no Sudeste asiático e agora na América do Norte e na Europa. A formação do bloco europeu significa uma renúncia à soberania por parte de cada um dos membros daquele bloco em benefício de uma ação comum que produza resultados para todos, resultados maiores do que aquele que cada um obteria isoladamente. No Brasil, nós ainda estamos colocando na Constituição que o principal ponto da ordem econômica é a soberania nacional. É evidente que não vamos renunciar à soberania de uma hora para outra. Mas quero chamar a atenção para o fato de que a Constituição, sob este aspecto, reflete uma posição dominante em certos segmentos da sociedade, e que reflete realmente um grande atraso.

Quero concluir dizendo que continuo sendo um otimista incorrigível a respeito do Brasil. A sociedade vai encontrando maneiras de enfrentar as dificuldades criadas por um governo gigantesco e ineficiente. Basta ver o interior de São Paulo. Eu me pergunto por que o interior de São Paulo floresce tanto! Será porque é simplesmente o interior de São Paulo? Será por ser fruto de uma descentralização industrial, a partir do ABC paulista? Ou será também a percepção de que é melhor esquecer o Estado e desenvolver-se sem crédito rural, sem Instituto da Laranja, sem preço mínimo disso ou daquilo, sem essa interferência que cria uma dependência nociva à ação de um Estado que está falido? Então, as pessoas



Mailson da Nóbrega: "O Estado começa a dar sinais de esgotamento".



Paulo Singer: "Há uma tendência no Brasil a repudiar a autodesignação de direita".



Fernando Henrique: "O que não se quer é a continuação do Estado ineficiente".

começaram a descobrir isso, as empresas começaram a descobrir isso e estão passando, muitas delas, ao largo da crise, esquecendo o Estado.

Os agricultores começam a falar na criação do seu próprio banco. Deram-se conta de que não podem mais depender do crédito rural do Banco do Brasil nem dos recursos do Tesouro para financiar a comercialização de suas safras. E isso é um dado extremamente positivo, na minha avaliação. Cada vez mais as pessoas se apercebem de que, sem grandes reformas - reformas que vão contrariar poderosos interesses -, o Brasil não vai sair desta crise.

SINGER - Gostaria de chamar a atenção para um dado que já começa a desmentir uma das teses que o ministro Mailson da Nóbrega defendeu aqui, ou seja, que teria havido um grande avanço na consciência da população nos anos 80, chegando à unanimidade do liberalismo. O ministro Mailson da Nóbrega fez uma celebração liberal. Entendo, e até subjetivamente eu entendo, que existe efetivamente essa voga em caráter mundial, voga até mais antiga, mas que bateu nos meios de comunicação. Quem ouve rádio e assiste à televisão, quem lê a imprensa diária e assim por diante, efetivamente pode ter essa impressão de que há uma quase unanimidade a favor da diminuição do Estado, a favor da privatização etc.

A pesquisa mostra o contrário. Por exemplo, há uma falta de identificação político-ideológica, no sentido mais convencional, que vai da esquerda à centro-esquerda, ao centro, centro-direita e direita.

A pesquisa mostra uma fratura muito significativa, digamos, por categorização social. A tabela 2 mostra claramente uma tendência à esquerda entre os líderes sindicais, líderes associativos, intelectuais e políticos. Entre os políticos é algo surpreendente, mas certamente as outras três categorias deram um peso muito maior à esquerda do que à direita, ao passo que a imprensa, altos administradores, empresários e militares estariam muito mais à direita do que à esquerda, sobretudo quando nós entendemos que centro, no Brasil, de fato é à direita. Esta análise já foi feita por outros, não estou sendo nada original.

Há uma tendência no Brasil de repudiar a autodesignação de direita. É uma minoria: quer dizer, nesta amostra aqui, apenas os militares se autodefiniram, em uma certa proporção significativa, 28% de centro-direita, quase ninguém é de direita. Há, na opinião brasileira, penso eu, uma certa identificação entre direita e fascismo. Tenho a impressão de que isso é um dos obstáculos a que as pessoas que são de fato de direita, por todo o seu ideário, assumam essa condição. Elas preferem se declarar de centro, ou até de centro-esquerda. Estou pensando no agora novamente candidato Paulo Maluf que, a meu ver, por tudo que defende, é um homem de direita - e não deveria se recusar a assumir isso, se não fosse exatamente esse caráter quase pejorativo da palavra -, e que já se definiu como de centro-esquerda publicamente, numa certa ocasião eleitoral.

Agora, tomando em consideração esse fato, a amostra deve ser provavelmente representativa dos formadores de opinião do Brasil. Ela se divide muito fortemente, de acordo com as características sociais, em termos de orientação ideológica, e eu me espantaria se fosse diferente. Há mais adiante uma pergunta sobre a ação do Estado. Pergunta-se aos entrevistados se estão de acordo com a redução do Estado às suas áreas clássicas, e aí acontece exatamente o que a gente imagina, quanto à ordenação das categorias. Esta pergunta felizmente foi tabulada por categorias, espero que outras também o sejam. A ordenação é praticamente inversa em comparação com a tabela de auto-identificação ideológica. Ou seja, aqueles setores que se auto-identificam como centro - e que a meu ver é o que a gente com mais isenção chama de direita, sem nenhuma conotação pejorativa - têm muito ou total concordância com a ideia de que o Estado deve ser reduzido. Ao passo que intelectuais, líderes associativos e líderes sindicais (estes por esmagadora maioria, 79%) não têm nenhuma ou pouca concordância com essa tese e são exatamente os líderes sindicais que, na tabela 2, aparecem em primeiro lugar, ou seja, aqueles que em 60% se consideram de esquerda.